LAW-TRAIN: Justiça + Próxima aos crimes israelitas?

"Eu estava com medo que iriam realmente fazer o que eles disseram sobre prender e matar os meus pais, então eu confessei."
Thabet, 17 anos[1]

I) Introdução

O dia 1 de Maio 2015 começou o projeto Europeu LAW TRAIN que visa a desenvolver tecnologia que permitirá unificar metodologia para interrogatórios policiais. O projeto é coordenado desde Israel e inclui a participação do ministério da segurança pública israelita - orgão, entre outros, responsável pelas forças policiais e prisionais israelitas que há muito tempo são denunciadas por organizações dos direitos humanos e pelas Nações Unidas por integrar nos seus interrogatórios várias formas de racismo, tortura, maus tratos e outras formas de violação dos direitos humanos.

O Ministério de Justiça de Portugal é parceiro no projeto LAW TRAIN. Com isso:

- O ministério contradiz e prejudica os intentos do plano Justiça+Próxima que visa à humanização do sistema de justiça.
- O ministério faz parte dum projeto que legitima umas das políticas mais cruéis de Israel - a repressão diária sobre o povo palestiniano (incluindo tortura física e psicológica, maus tratos, detenção arbitrária, ameaças, discriminação racial, etc.)
- Visando unificar metodologias de interrogatório, os participantes no projeto arriscam a proliferação de tratamento desumano no seu sistema de justiça, criando riscos acrescidos para a sua cidadanía.
- Com a sua cooperação, a UE e os países participantes reconhecem como legal o sistema israelita de controle e repressão militar, que incluí metodologias de 'interrogatórios' ilegais, e auxiliam na sua manutenção. Com isso violam as suas obrigações de acordo com a lei internacional.

O contexto:

- Desde 2011, Stop the Wall[2], o Comité Nacional Palestiniano pelo Boicote, Desinvestimentos e Sanções e outras organizações da sociedade civil palestiniana e europeia têm pressionado a UE para que exclua Israel do financiamento a projetos de pesquisa e desenvolvimento (FP7/Horizon 2020), visto que estruturalmente constituem um apoio a práticas e políticas ilegais israelitas.
- Em 2013, a União Europeia publicou linhas guias para evitar a participação de projetos implementados em território ocupado palestiniano (TOP) e atores com sede nos TOP.
- Desde 2015, a sociedade civil palestiniana, europeia e deputados europeus pressionam a UE para excluir projetos que envolvem cooperação com empresas e instituições militares e de 'segurança' israelitas.[3]
- FP7 e Horizon 2020 têm demonstrado falhas no processo de avaliação ética de projetos. No entanto, a responsabilidade política, ética e legal por esses projetos está com os participantes.

Por isso pedimos ao Ministério de Justiça de Portugal que retire sua participação do projeto LAW TRAIN.

---

[1] http://bit.ly/1WmLcuC
[2] http://bit.ly/1s5Pje5
[3] https://www.stopthewall.org/documentation-eu-funding-elbit-systems

II) Detalhes do projeto LAW TRAIN[4]

Participantes:

- O projeto está coordenado pela universidade israelita de Bar Ilan e inclui a participação do Ministério israelita da Segurança Pública (responsável pela Polícia e Serviços Prisionais, entre outros) e da empresa israelita Compedia Software & Hardware Development Ltd. O financiamento complessivo pelos participantes israelitas está em: €2.374.062.
- O Ministério de Justiça de Portugal recebe €218.750.
- O Ministério de Justiça da Belgica e o Ministério do Interior de Espanha recebem juntos €334.500.
- Outros: Universidade Católica de Leuven (Belgica), empresas e instituições privadas europeias: INESC-ID (Lisboa), Optimização orientada a la sostenibilidad SL (Sevilla), USECON Usability Consultants (Viena).

Periodo:	**Custo total:**
De 01/05/2015 a 30/04/2018	€5.095.687,50 (totalmente financiado pela UE a través de Horizon 2020)

Objeto de pesquisa e resultados esperados:

- O projeto visa construir uma plataforma tecnológica para 'unificar a metodologia para interrogatórios'
  - A metodologia israelita utilizada nos interrogatórios incluí o uso sistemático de tortura e maus tratos (ver abaixo)
- O projeto anticipa a criação de modelos de ambiente para simular encenações de terrorismo
  - A simulação de tais ambientes, coordenada por instituições israelitas que aplicam estruturalmente políticas e práticas racistas corre o risco produzir e fortalecer preconceitos islamofóbicos e racistas na preparação de forças policiais e prisionais portuguesas.
- Participação do utilizador final a todos os níveis
  - Pela parte israelita, o participante e utilizador final é quem implementa metodologias ilegais de 'interrogatório'.
- Compartilhamento de dados
  - Dados resultantes de interrogatórios das forças policiais, prisionais, de inteligência israelitas são muitas vezes obtidos a través do uso de tortura ou maus tratos.

III) Metodologias israelitas

Racismo nas instituições israelitas:

- O Comité pela Eliminação da Discriminação Racial (CERD) da ONU tem reiterado, em várias observações conclusivas, que a discriminação racial está enraizada no sistema legal e nas suas instituições, em particular no sistema judicial.[5]
  - Ver-se, por exemplo, o tratamento de colonos israelitas sob direito civil israelita, incluindo o direito penal, enquanto palestinianos são julgados de acordo com ordens militares ficando privados dos seus direitos fundamentais.
- A universidade de Bar Ilan prática formas discriminatórias contra estudantes palestinianos e permite que professores, como dr. Mordechai Kedar, promovam publicamente o estupro de esposas e mães de palestinos como 'dissuasão.[6]

---

[4] Mais informação:http://cordis.europa.eu/project/rcn/194874_en.html
[5] Ver observações conclusivas (2012): http://www2.ohchr.org/english/bodies/cerd/docs/CERD.C.ISR.CO.14-16.pdf
[6] http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.606542

As metodologias de 'interrogatório' israelitas incluem uso sistemático de tortura e maus tratos:

- ***A Amnistia Internacional*** no seu relatório do 2016 sobre Israel pelo Comité contra a Tortura da ONU resume: "Forças militares e policiais israelitas, bem como o pessoal da ISA (serviços de inteligência), torturaram e maltrataram presos palestinians, incluindo crianças, particularmente durante a prisão e o interrogatório. Os relatos de tortura aumentaram com as prisões em massa de palestinianos que começaram em outubro de 2015. Os métodos incluíram espancamentos com cassetetes, bofetadas, estrangulamentos, algemar por periodos prolongados, posições de stress, privação de sono e ameaças de prender membros da família, por exemplo. Suspeitos israelitas judeus detidos em conexão com ataques a palestinianos também alegaram que foram torturados. As forças de segurança continuaram a gozar de impunidade pela tortura. As autoridades receberam quase mil queixas de tortura cometida pela ISA desde 2001, mas ainda não abriram nenhuma investigação criminal."[7]
- ***Addameer*** (Associação Palestiniana de Apoio aos Presos) classifica os metodos de maus tratos e tortura durante interrogatórios de palestinos como: 'de routine', 'especiais' e 'dentro das celas de prisão'.[8]
- ***Stop the Wall*** tem analisado o uso de prisão e metodologias de 'interrogatório' israelitas no contexto da repressão contra o povo palestiniano documentando os casos de 176 presos em comunidades afetadas pelo Muro e os assentamentos. Apontando em específico a jovens para detenção, além de forçar 'confessões', Israel regularmente ameaça menores durante interrogatórios para atuar como alcaguetes. A intenção do foco nos menores é de criar um impacto sobre o individuo e a família, traumatizar uma nova geração e desestruturar o tecido social da comunidade.[9]
- ***Defense of Children International - seção Palestiniana***, no seu relatório do 2016[10] baseado sobre 429 testemunhas de menores palestinianas detidas por Israel, detalha o uso repetido e sistemático de maus tratos. Após aprisionamentos militares traumatizantes e transportes longos, as crianças detidas chegam algemadas, de olhos vendados, assustadas, e privadas de sono. Entre outros, 97% das crianças não tiveram acesso a aconselhamento legal antes e durante o interrogatório. Durante o interrogatório:
  - 28,7% foram submetidas a abuso ou intimidação verbal, incluindo a violência física, confinamento solitário e agressão sexual. (20% foram submetidos a confinamento solitário.)
  - 27,5% foram expostas a violência física, incluso asfixia, socos, bater a cabeça da criança contra a parede.
  - 22,4% foram ameaçadas pelos interrogadores.

Israel tem rechaçado sistematicamente as recomendações por parte das ONU:

- Desde 1994, o Comité contra a Tortura da ONU denuncia Israel por não incorporar o crime de tortura na sua legislação. Até hoje Israel recusa de proibir a tortura na sua legislação.
- Desde 1994, o Comité contra a Tortura da ONU denuncia as práticas de tortura, apresentadas ao Comité durante as suas revisões periódicas, e as políticas que permitem explicitamente "pressão" ou outras formas de tratamento internacionalmente ilegal em circunstâncias de "necessidade". Além disso denuncia a impunidade dos perpetradores. Até hoje, essas políticas continuam.

Essas metodologias fazem **parte do sistema de repressão, controle militar e discriminação racial (apartheid)** contra o povo Palestiniano e são utilizados em conexão com práticas de 'detenção administrativa' (prisão preventiva e sem processo justo), detenções arbitrárias e punições colectivas. **Esse sistema permite e facilita o empreendimento dos colonatos ilegais no território ocupado Palestiniano, incluindo as políticas de anexão de território e do deslocamento forçado da população palestiniana.**

[7] https://www.amnesty.org/download/Documents/MDE1536882016ENGLISH.pdf
[8] http://www.addameer.org/key_issues/torture-and-ill-treatment
[9] http://www.stopthewall.org/downloads/pdf/repress.pdf
[10] http://bit.ly/1WmLcuC